

Agricultura urbana: solução sustentável para a segurança alimentar nas cidades

Samara Flores Amaral

Arquiteta e Urbanista, UCDB, Brasil

saflores2305@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0002-8870-7889>

Scarlet Camargo da Costa

Arquiteta e Urbanista, Mestranda em Desenvolvimento Local, UCDB, Brasil

ra867322@ucdb.br

<https://orcid.org/0009-0003-8303-9057>

Luiza Orrigo Silva

Arquiteta e Urbanista, Mestranda em Desenvolvimento Local, UCDB, Brasil

ra867324@ucdb.br

<https://orcid.org/0009-0008-7181-8551>

Felipe Buller Bertuzzi

Doutor em Desenvolvimento Local, Arquiteto e Urbanista, UCDB, Brasil

arq.felipebertuzzi@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-0539-606X>

Agricultura urbana: solução sustentável para a segurança alimentar nas cidades

RESUMO

Objetivo - Analisar a agricultura urbana e familiar como práticas sustentáveis que promovem segurança alimentar, inclusão social e desenvolvimento sustentável em contextos urbanos e rurais.

Metodologia - Pesquisa qualitativa e exploratória baseada em análise bibliográfica e documental, com referências da FAO, IBGE e CAISAN, abordando a integração entre sustentabilidade, políticas públicas e agricultura no espaço urbano.

Originalidade/relevância - O estudo preenche lacuna teórica sobre a relação entre agricultura urbana, sustentabilidade e planejamento territorial, destacando sua importância para o debate acadêmico sobre cidades sustentáveis.

Resultados - A agricultura urbana e familiar fortalecem a segurança alimentar, reutilizam áreas ociosas, reduzem a dependência de cadeias longas e geram benefícios ambientais, sociais e econômicos.

Contribuições teóricas/metodológicas - Propõe a agricultura urbana como prática multidimensional que integra arquitetura, urbanismo e sustentabilidade em um campo de ação unificado.

Contribuições sociais e ambientais - Fortalece vínculos comunitários, promove inclusão e soberania alimentar e contribui para a mitigação de impactos ambientais urbanos.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura urbana. Sustentabilidade. Segurança alimentar.

Urban Agriculture: A Sustainable Solution for Food Security in Cities

ABSTRACT

Objective – To analyze urban and family farming as sustainable practices that promote food security, social inclusion, and sustainable development in urban and rural contexts.

Methodology – Qualitative and exploratory research based on bibliographic and documentary analysis, using data from FAO, IBGE, and CAISAN, addressing the integration of sustainability, public policies, and agriculture in urban spaces.

Originality/Relevance The study fills a theoretical gap concerning the relationship between urban agriculture, sustainability, and territorial planning, contributing to academic discussions on sustainable cities.

Results – Urban and family farming strengthen food security, reuse underutilized spaces, reduce dependence on long supply chains, and generate environmental, social, and economic benefits.

Theoretical/Methodological Contributions – Proposes urban agriculture as a multidimensional practice integrating architecture, urbanism, and sustainability within a unified field of action.

Social and Environmental Contributions – Strengthens community bonds, promotes inclusion and food sovereignty, and contributes to mitigating environmental impacts in cities.

KEYWORDS: Urban agriculture. Sustainability. Food security.

Agricultura Urbana: Una Solución Sostenible para la Seguridad Alimentaria en las Ciudades

RESUMEN

Objetivo – Analizar la agricultura urbana y familiar como prácticas sostenibles que promueven la seguridad alimentaria, la inclusión social y el desarrollo sostenible en contextos urbanos y rurales.

Metodología – Investigación cualitativa y exploratoria basada en análisis bibliográfico y documental, con datos de la FAO, IBGE y CAISAN, abordando la integración entre sostenibilidad, políticas públicas y agricultura en espacios urbanos.

Originalidad/Relevancia – El estudio llena un vacío teórico sobre la relación entre agricultura urbana, sostenibilidad y planificación territorial, contribuyendo al debate académico sobre ciudades sostenibles.

Resultados – La agricultura urbana y familiar fortalecen la seguridad alimentaria, reutilizan espacios subutilizados, reducen la dependencia de cadenas de suministro extensas y generan beneficios ambientales, sociales y económicos.

Contribuciones Teóricas/Metodológicas – Fortalece los vínculos comunitarios, promueve la inclusión y la soberanía alimentaria y contribuye a mitigar los impactos ambientales en las ciudades.

Contribuciones Sociales y Ambientales – Indicar las principales implicaciones sociales y ambientales obtenidas a partir de los hallazgos del estudio.

PALABRAS CLAVE: Agricultura urbana. Sostenibilidad. Seguridad alimentaria.

1 INTRODUÇÃO

A crescente urbanização das cidades contemporâneas tem gerado desafios significativos no que tange à segurança alimentar e à sustentabilidade ambiental. Neste contexto, a agricultura urbana emerge como uma solução viável, capaz de mitigar os efeitos adversos do crescimento populacional e da escassez de recursos naturais. Este artigo busca explorar a relevância da agricultura urbana como uma prática sustentável, destacando seu papel crucial na promoção da segurança alimentar em ambientes urbanos densamente povoados.

Historicamente a agricultura urbana tem sido uma prática integrada ao desenvolvimento das cidades, oferecendo não apenas alimentos frescos e saudáveis, mas também fortalece a resiliência das comunidades locais. Com o avanço de tecnologias inovadoras — como hortas verticais e hidroponia — adaptou-se às limitações espaciais e de recursos típicas das áreas urbanas. Esses métodos otimizam o uso do espaço e garantem produção contínua e controlada, independentemente de variações climáticas externas.

A segurança alimentar, definida pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) como o acesso regular a alimentos nutritivos em quantidade adequada, é uma prioridade nas metrópoles modernas. A agricultura urbana contribui para essa meta ao facilitar o acesso direto a alimentos frescos e reduzir a dependência de cadeias logísticas externas. Paralelamente, promove práticas sustentáveis que diminuem a pegada ecológica urbana e equilibram o desenvolvimento socioeconômico com preservação ambiental.

Este artigo analisa as práticas de agricultura urbana sob uma perspectiva multidisciplinar, examinando casos de sucesso e desafios enfrentados por iniciativas globais. O objetivo central é evidenciar seu potencial transformador na construção de cidades mais resilientes e equitativas, reforçando sua importância no debate sobre futuros urbanos sustentáveis.

2 OBJETIVOS

O presente estudo tem como objetivo analisar a agricultura urbana e familiar como práticas sustentáveis capazes de promover a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável em contextos urbanos e rurais. Especificamente, busca:

1. Compreender os conceitos fundamentais de agricultura urbana e familiar e sua relevância para a sustentabilidade ambiental e social;
2. Investigar o desenvolvimento histórico dessas práticas, identificando sua inserção no contexto arquitetônico e urbano contemporâneo;
3. Examinar as contribuições da agricultura urbana para a segurança alimentar e para a resiliência das cidades;
4. Discutir o papel da agricultura familiar na economia local e na manutenção da diversidade produtiva;
5. Analisar as políticas públicas necessárias ao fortalecimento dessas práticas e sua integração nos planos de desenvolvimento urbano e rural.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma metodologia de natureza exploratória, com o propósito de compreender e analisar a agricultura urbana e familiar como práticas sustentáveis voltadas à promoção da segurança alimentar e à construção de cidades sustentáveis. O caráter exploratório justifica-se pela intenção de aprofundar o conhecimento teórico sobre o tema e identificar as conexões entre sustentabilidade, políticas públicas e o papel da agricultura no contexto urbano contemporâneo.

O estudo fundamenta-se em uma análise bibliográfica e documental, desenvolvida a partir da revisão de livros, artigos científicos, dissertações, teses e relatórios institucionais, com destaque para publicações de órgãos nacionais e internacionais, como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN). Essa seleção de materiais teve como objetivo reunir um conjunto de referências capazes de subsidiar a reflexão crítica sobre o tema, destacando conceitos, dados e experiências práticas relevantes à agricultura urbana e familiar.

A análise foi conduzida de forma qualitativa e interpretativa, buscando identificar convergências teóricas, lacunas de pesquisa e perspectivas inovadoras sobre o uso produtivo dos espaços urbanos. A partir dessa abordagem, foi possível compreender como a agricultura urbana se integra ao planejamento arquitetônico e ambiental das cidades, contribuindo para a mitigação dos impactos da urbanização acelerada e para a redução da insegurança alimentar.

Além disso, a pesquisa considerou o papel das políticas públicas e instrumentos de gestão urbana voltados à promoção da sustentabilidade, examinando como a inclusão da agricultura nos espaços intra e periurbanos pode gerar benefícios ambientais, econômicos e sociais. O estudo, portanto, não se limita à análise conceitual, mas propõe uma leitura integrada das dimensões ecológica, social e territorial das práticas agrícolas urbanas, reconhecendo sua relevância na formulação de estratégias para cidades mais resilientes, inclusivas e sustentáveis.

3.1 Conceito de Agricultura Urbana

A expressão “agricultura urbana” vem da junção das palavras “agricultura”, a qual tem como significado a atividade de cultivo e cultura do solo, e a palavra “urbana”, que se diz relativo ou pertencente à cidade, ou que lhe é próprio. A agricultura urbana refere-se aos espaços dentro e aos que estão ao redor da cidade, podendo eles terem alguma atividade agrícola envolvida. O conceito geral entendido por Agricultura Urbana é a prática de variadas atividades relacionadas à produção de alimentos e conservação dos recursos naturais dentro dos centros urbanos e periurbanos. A agricultura urbana trata da especificidade em que a agricultura está mais integrada à cidade (Mougeot, 2000). Seja ela para promover o fornecimento de alimentos da região, geração de empregos ou incentivo à produção local.

“A praticada dentro (intra-urbana) ou na periferia (periurbana) dos centros urbanos (sejam eles pequenas localidades, cidades ou até megalópolis), onde cultiva, produz, cria, processa e distribui uma variedade de produtos alimentícios e não alimentícios, (re)utiliza largamente os recursos humanos e materiais e os produtos e serviços encontrados dentro e em torno da área

urbana, e, por sua vez, oferece recursos humanos e materiais, produtos e serviços para essa mesma área urbana.” Mougeot (2000, p.3)

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), tem como partida do conceito de agricultura urbana, a prática relacionada à produção agrícola dentro das cidades, as quais contribuem precisamente com a oferta e o acesso da população a esses alimentos. E juntamente com a United Nations Development Programme (UNDP), adotaram as expressões de “agricultura urbana”, e “agricultura periurbana”, para que possam indicar e marcar as áreas de vazios urbanos sem utilização e localizadas nos centros urbanos, levando esses vazios a serem usados para a produção agrícola, destinadas a produção de alimentos para consumo próprio, venda e até mesmo para doações, de modo seguro.

A Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) é uma atividade multifuncional de produção agrícola em zonas urbanas e rurais, que promove a gestão social, ambiental e urbana das cidades, e abrange aspectos como produção e prestação de serviços, os quais têm como objetivo a geração de produtos agrícolas e pecuários. A idealização da AUP é intensamente ligada aos espaços do interior de perímetros urbanos e regiões metropolitanas (intra-urbanos), e nas áreas onde apresentam articulação urbano-rural (periurbanas). Dessa forma foi adotado uma tipologia onde é possível caracterizar a diversidade de espaços onde a AUP pode ser utilizada (Tabela 01).

Tabela 01 - Tipologias para a atividade da Agricultura Urbana e Periurbana

Tipologia	Espaços característicos
Espaços Privados	Lotes vagos; Terrenos baldios particulares ou com dúvidas sobre a propriedade; Lajes e tetos; Quintais ou Pátios; Áreas periurbanas; Áreas verdes em conjuntos habitacionais.
Espaços Públicos	Terrenos de propriedade Municipal, Estadual e Federal com espaços possíveis de utilização de acordo com a caracterização feita nas linhas abaixo:
Verdes Urbanos	Praças e Parques.
Institucionais	Escolas e Creches; Posto de Saúde; Hospitais; Presídios; Edifícios Públicos e privados.
Não Edificáveis	Laterais de vias férreas; Laterais de estradas e avenidas; Margens de cursos d'água; Áreas inundáveis; Faixa sob linhas de alta tensão; Ambientes aquáticos (rios e lagoas).
Unidades De Conservação	Áreas de Proteção Ambiental; Reservas Ecológicas; Outras unidades desde que seja permitido o manejo e uso de potencialidades.
Áreas de Tratamento	Aterro sanitário; Lagoas de oxidação.

Fonte: Terrile (2006), modificado por autores (2025)

No Brasil, de acordo com a Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan, 2017), 75% das experiências de AUP se localizam em regiões metropolitanas, uma característica importante já que nas capitais se concentra o maior número de habitantes, assim como falta de solo e altíssima porcentagem de urbanização. Dessa forma, com o conceito de

multifuncionalidade, a AUP contribuiria na melhoria urbana e de vida da população além da sustentabilidade das cidades, tendo um grande potencial de influência e oportunidades de motivação das cidades a serem mais ecológicas e produtivas, respeitando a diversidade sociocultural e promovendo segurança alimentar e nutricional.

3.2 Histórico da Agricultura Urbana

A agricultura urbana acompanha a formação das cidades desde a antiguidade, embora seu reconhecimento como política pública seja recente. Evidências arqueológicas no Egito Antigo revelam sistemas de irrigação e cultivos em jardins residenciais e templos (Janick, 2010), essa prática que se manteve ao longo de diferentes civilizações. Segundo Bairoch (1985), os assentamentos humanos do Neolítico às metrópoles modernas sempre integraram componentes agrícolas — realidade negligenciada no planejamento urbano do século XX. A consolidação da atividade como campo de estudo ganhou impulso na década de 1970, com o interesse de organismos internacionais e governos (Mougeot, 2000).

A relação entre cidade e agricultura foi reconfigurada pela Revolução Agrícola do século XVIII: inovações como a semeadora mecânica de Jethro Tull aceleraram a cisão entre campo e espaço urbano (Mazoyer e Roudart, 2010). Anteriormente associada à jardinagem agroflorestal (Nair, 1986), a prática dependia de trabalho manual intensivo até as Idades do Bronze e Ferro — período em que ferramentas metálicas ampliaram a eficiência produtiva (Mazoyer e Roudart, 2010). No século XX exemplos como o cubano demonstram seu potencial estratégico: após a crise pós-União Soviética em 1991 Havana legalizou hortas comunitárias em terrenos baldios via políticas públicas articuladas (Warwick, 2001).

No Brasil colonial já se observavam quintais produtivos em lotes urbanos (Silva, 2004). Apesar da industrialização reduzir espaços residenciais no século XVIII, práticas domésticas persistiram — base para sua valorização contemporânea como política de segurança alimentar (Feniman, 2014). Essa trajetória histórica reforça a agricultura urbana não como novidade, mas como ressignificação de saberes tradicionais frente aos desafios socioambientais do século XXI.

3.3 A Agricultura Urbana no Contexto Arquitetônico e Urbano

A agricultura urbana, enquanto prática integrada ao ambiente construído, redefine a relação entre a cidade e a natureza, promovendo uma nova forma de interação que transcende as fronteiras tradicionais entre o urbano e o rural. Historicamente, a urbanização foi caracterizada por uma clara separação entre as áreas de produção agrícola e os espaços urbanos, reforçando a dependência das cidades em relação às áreas rurais para o abastecimento de alimentos. No entanto, com o crescimento das cidades e a intensificação dos desafios ambientais, essa dicotomia começa a ser questionada (Brenner; Schmid, 2014).

No contexto arquitetônico, a agricultura urbana se manifesta de diversas maneiras, desde hortas comunitárias em terrenos baldios até sofisticadas fazendas verticais integradas a edifícios comerciais e residenciais. Essas intervenções não apenas otimizam o uso do espaço urbano, mas também contribuem para a sustentabilidade das cidades ao reduzir a pegada de carbono associada ao transporte de alimentos e ao promover a biodiversidade local (Curtis, 2008). A inserção de práticas agrícolas em ambientes urbanos desafia as convenções estéticas e

funcionais da arquitetura tradicional, oferecendo novas possibilidades de design que incorporam elementos naturais.

Além disso, a agricultura urbana transforma o tecido social das cidades, criando espaços de convivência e interação comunitária. Ao integrar hortas e jardins em áreas urbanas, promove-se não apenas a produção de alimentos, mas também o fortalecimento dos laços comunitários e a educação ambiental (Brito, 1943). Esses espaços tornam-se locais de aprendizado e engajamento, onde os cidadãos podem se reconectar com os ciclos naturais e adquirir um maior entendimento sobre a sustentabilidade.

A adaptação da agricultura urbana ao contexto arquitetônico e urbano também reflete uma resposta às pressões econômicas e sociais enfrentadas pelas cidades contemporâneas. Em regiões onde o espaço é escasso e os custos de vida são elevados, a agricultura urbana oferece uma solução viável para melhorar a segurança alimentar e a resiliência econômica (Foucault, 1979). Ao transformar áreas subutilizadas em espaços produtivos, as cidades podem não apenas melhorar a qualidade de vida de seus habitantes, mas também promover um desenvolvimento urbano mais equilibrado e sustentável.

Em suma, a agricultura urbana no contexto arquitetônico e urbano representa uma convergência de inovação, sustentabilidade e inclusão social. Ao desafiar as normas estabelecidas e promover a integração de práticas agrícolas nos ambientes urbanos, ela não apenas redefine a paisagem urbana, mas também oferece um modelo para o futuro das cidades, onde a arquitetura e a natureza coexistem em harmonia (Trajano Filho, 2024).

3.4 Historiografia e Narrativas Urbanas

A historiografia urbana tradicionalmente privilegia narrativas que enfatizam o desenvolvimento linear e progressista das grandes cidades, frequentemente marginalizando intervenções que ocorrem à margem desse paradigma, como a agricultura urbana. Segundo Mougeot (2000), a agricultura urbana desafia essa narrativa ao reintroduzir práticas de cultivo em ambientes urbanos, promovendo uma reconfiguração do espaço que valoriza a sustentabilidade e a resiliência. Essa prática não apenas transforma o espaço físico, mas também oferece novas perspectivas sobre a história urbana, integrando elementos naturais ao tecido arquitetônico.

As hortas verticais, conforme discutido por autores como Santandreu e Lovo (2007), representam uma inovação arquitetônica que reflete a crescente preocupação com a sustentabilidade e a segurança alimentar. Ao otimizar o uso do espaço urbano, essas estruturas não apenas contribuem para a biodiversidade, mas também melhoram a qualidade ambiental das cidades. A prática de integrar a agricultura ao ambiente urbano demonstra como essas intervenções podem transformar áreas subutilizadas em espaços produtivos e ecologicamente sustentáveis.

Além disso, a implementação de hortas verticais promove a coesão social e a participação comunitária, aspectos destacados por Feniman (2014) como essenciais para a construção de narrativas urbanas inclusivas. Ao envolver comunidades locais no cultivo e manutenção das hortas, essas práticas criam um senso de pertencimento e identidade coletiva, fortalecendo os laços sociais e promovendo a educação ambiental. Tais iniciativas não apenas enriquecem a narrativa urbana, mas também contribuem para a criação de ambientes mais resilientes e sustentáveis.

A integração da agricultura urbana na historiografia e nas narrativas urbanas representa um avanço significativo em direção a um entendimento mais complexo e inclusivo das cidades. Ao desafiar as narrativas tradicionais e promover novas histórias de interação e sustentabilidade, a agricultura urbana contribui para a construção de uma historiografia que reflete a diversidade e a dinâmica dos ambientes urbanos contemporâneos.

3.5 Segurança Alimentar e Agricultura Urbana

A segurança alimentar é um desafio presente nas sociedades urbanas contemporâneas, onde a crescente urbanização e a concentração populacional intensificam a demanda por alimentos nutritivos e acessíveis. De acordo com a FAO (2018), cerca de 8,9% da população mundial enfrenta insegurança alimentar, uma situação exacerbada por fatores como mudanças climáticas, instabilidade econômica e cadeias de suprimentos vulneráveis. Nesse contexto, a agricultura urbana emerge como uma estratégia crucial para mitigar esses desafios e fortalecer a resiliência alimentar das cidades.

A agricultura urbana contribui diretamente para a segurança alimentar ao proporcionar acesso a alimentos frescos e nutritivos, especialmente em áreas urbanas densamente povoadas onde o acesso a produtos frescos pode ser limitado.

Ao cultivar alimentos localmente, a agricultura urbana reduz a dependência de cadeias de suprimento externas, que são suscetíveis a interrupções devido a desastres naturais, crises econômicas ou conflitos políticos (CMMAD, 1991). Essa proximidade dos locais de produção aos consumidores finais não apenas diminui os custos de transporte, mas também reduz as emissões de carbono associadas, contribuindo para um ambiente urbano mais sustentável.

Além disso, a agricultura urbana desempenha um papel vital na promoção da nutrição e saúde pública. Ao facilitar o acesso a produtos frescos, ela ajuda a combater problemas nutricionais comuns em áreas urbanas, como deficiências de micronutrientes e obesidade. A presença de hortas comunitárias e mercados locais incentiva dietas mais equilibradas e diversificadas, promovendo hábitos alimentares saudáveis entre a população urbana.

A agricultura urbana também oferece benefícios econômicos significativos, criando empregos e estimulando a economia local. Feniman (2014) destaca que as atividades agrícolas urbanas podem gerar renda para comunidades de baixa renda, proporcionando-lhes meios de subsistência sustentáveis. Além disso, essas práticas fomentam a inclusão social ao engajar diversos grupos da comunidade em atividades produtivas e colaborativas.

No entanto, para maximizar os benefícios da agricultura urbana para a segurança alimentar, é essencial superar desafios como a falta de políticas públicas de apoio e a necessidade de infraestrutura adequada. A integração da agricultura urbana nos planos de desenvolvimento urbano pode promover cidades mais resilientes e sustentáveis, capazes de enfrentar os desafios alimentares do futuro (Santandreu e Lovo, 2007).

Nesse sentido, a agricultura urbana representa uma solução viável e necessária para os desafios de segurança alimentar enfrentados pelas cidades modernas. Ao promover o cultivo local de alimentos, ela não apenas melhora o acesso a produtos frescos e nutritivos, mas também fortalece a resiliência das comunidades urbanas, contribuindo para um futuro mais sustentável e equitativo.

3.6 Agricultura Familiar e Sustentabilidade

Na Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, definiu-se as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e seus critérios de identificação para determinado grupo. De acordo com a legislação, identifica-se como agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades em meio rural que não possua área maior do que quatro módulos fiscais, predominantemente utilize mão-de-obra de sua própria família em suas atividades econômicas e que seus negócios e empreendimento sejam gerenciados pela própria família.

Segundo o Censo Agropecuário 2006, mais de 84% de dois estabelecimentos agropecuários brasileiros são pertencentes a grupos familiares. Segundo este estudo, foi constatado ainda que constituía a base econômica de cerca de 90% de dois municípios com até 20 mil habitantes; 35% do produto interno bruto nacional; e absorve cerca de aproximadamente 40% economicamente ativa do país. Ainda de acordo com o Censo de 2006, 87% da mandioca, 46% do milho, 70% do feijão, 34% do arroz, 38% do café e 21% do trigo brasileiro eram produzidos pela agricultura familiar.

Já o Censo Agropecuário do ano de 2017, fez um levantamento em mais de 5 milhões de propriedades rurais no país, e apontou que cerca de 77% dos estabelecimentos agrícolas presentes no país são classificados como parte do grupo da agricultura familiar, a qual no período do levantamento ocupava cerca de um pouco mais que 80 milhões de hectares, representando 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários presentes no Brasil. Ainda segundo o levantamento feito, foi apontado que em setembro de 2017 a agricultura familiar empregava mais de 10 milhões de pessoas e ela também foi responsável por 23% do valor total de produção destes estabelecimentos.

Tabela 02 - Comparativo Censo Agropecuário 2006/2017

Centro Agro 2006			
Total, agricultura familiar	Estabelecimentos	Área total (ha)	Pessoal ocupado
Total	5.175.636	333.680.037	16.568.205
Agricultura não familiar	870.531 (16,8%)	252.411.258 (75,6%)	4.286.660 (25,9%)
Agricultura familiar - LEI 11.326/2017	4.305.105 (83,2%)	81.268.779 (24,4%)	12.281.545 (74,1%)
Censo Agro 2017			
Total, agricultura familiar	Estabelecimentos	Área total (ha)	Pessoal ocupado
Total	5.073.324	351.289.816	15.105.125
Não é agricultura familiar	1.175.916 (23,2%)	270.398.732 (77,0%)	4.989.566 (33,0%)
Agricultura familiar	3.897.408 (76,8%)	80.891.084 (23,0%)	10.115.559 (67,0%)
Censo Agro: Variações de 2006 a 2017			
Total, agricultura familiar	Estabelecimentos	Área (ha)	Pessoal ocupado
Total	-102.312 (-2,0%)	17.609.779 (5,3%)	-1.463.080 (-8,8%)
Agricultura não familiar	305.385 (35,1%)	17.987.474 (7,1%)	702.906 (16,4%)
Agricultura familiar	-407.697 (-9,5%)	-377.695 (-0,5%)	-2.165.986 (-17,6%)

Fonte: Autores (2025)

Conforme os censos apresentados na Tabela 02, a agricultura familiar apresenta uma significativa importância no mercado interno brasileiro e na produção dos alimentos que vão até a mesa dos brasileiros. É de grande importância que o Estado suporte estes meios para que solidifique a economia do mercado interno cada vez mais e fazendo com que o trabalho

familiar seja mais reconhecido, consequentemente tendo um aumento no número de procura e contratação de funcionários.

A agricultura sustentável é vista como uma possibilidade de transformação social, econômica e ambiental no âmbito do sistema agroalimentar, um conjunto de práticas bem definidas que podem ser julgadas conforme a previsão de durabilidade dos recursos naturais que são empregados. E como é citado por Eduardo Mazzaferro Ehlers, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) em 1991, definiu a agricultura sustentável como:

“Agricultura sustentável é o manejo e a conservação da base de recursos naturais e a orientação tecnológica e institucional, de maneira a assegurar a obtenção e a satisfação contínua das necessidades humanas para as gerações presentes e futuras. Tal desenvolvimento sustentável (agricultura, exploração florestal e pesca) resulta na conservação do solo, da água e dos recursos genéticos animais e vegetais, além de não degradar o ambiente, ser tecnicamente apropriado, economicamente viável e socialmente aceitável.” (FAO, citado por Ehlers, 1999).

Já segundo a proposta apresentada pelo National Research Council (NRC, 1989, p. 14-15), a agricultura sustentável tem como objetivo, o alcance de um sistema produtivo de alimento e fibras que maximize a produtividade de recursos naturais e sistemas agrícolas. Esse sistema permite que os produtores atendam a demanda gerada pelo crescimento populacional e pelo desenvolvimento econômico, assim produzindo alimentos saudáveis, integrais e nutritivos, além de garantir renda possibilitando o crescimento dos produtores, aumentando ainda mais a capacidade de se manter sustentável e produtivo.

A agricultura familiar hoje não adota apenas os métodos tradicionais já conhecidos, mas também se utiliza de técnicas modernas de produção agropecuária que ajudam e permitem uma melhor execução da lavoura, levando a um modelo de produção mais sustentável e buscando a harmonia da relação do uso do solo e o meio ambiente.

4 RESULTADOS

Os resultados obtidos neste estudo evidenciam que a agricultura urbana e a agricultura familiar constituem instrumentos fundamentais para a promoção da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável nas cidades contemporâneas. A partir da análise bibliográfica e documental realizada, verificou-se que essas práticas contribuem de forma significativa para a resiliência alimentar, a inclusão social e a sustentabilidade ambiental, ao mesmo tempo em que reforçam a importância da integração entre o meio urbano e o rural no planejamento territorial.

A pesquisa identificou que a agricultura urbana, quando incorporada aos espaços públicos e privados das cidades, desempenha papel estratégico na produção e no acesso a alimentos frescos e nutritivos. Essa prática reduz a dependência das longas cadeias logísticas de abastecimento e minimiza a pegada ecológica associada ao transporte e armazenamento de produtos alimentícios. Além disso, observou-se que a agricultura urbana estimula o reaproveitamento de áreas subutilizadas (como terrenos baldios, lajes e margens de vias) transformando-as em espaços produtivos e socialmente inclusivos. Tal processo não apenas melhora a paisagem urbana, mas também fortalece o senso de pertencimento comunitário, promovendo a educação ambiental e o engajamento social.

Em termos de sustentabilidade, constatou-se que a agricultura urbana contribui para a redução da poluição, o controle da temperatura e o aumento da permeabilidade do solo, desempenhando função ecológica relevante nos centros urbanos. As experiências analisadas demonstram que, ao integrar elementos naturais ao ambiente construído, é possível criar cidades mais equilibradas e resilientes frente às mudanças climáticas. O estudo também revelou que o uso de tecnologias inovadoras, como hortas verticais e sistemas hidropônicos, amplia a capacidade produtiva em contextos de limitação espacial, oferecendo alternativas eficientes para o cultivo em áreas densamente povoadas.

A análise dos dados secundários relativos à agricultura familiar reforçou sua relevância para o fortalecimento da segurança alimentar no território brasileiro. Conforme os censos agropecuários de 2006 e 2017, embora tenha havido redução no número de estabelecimentos familiares, a agricultura familiar continua responsável por expressiva parcela da produção nacional de alimentos essenciais, como feijão, milho e mandioca. Esse setor, que emprega mais de 10 milhões de pessoas, revela-se vital não apenas para o abastecimento interno, mas também para a dinamização das economias locais e o combate à pobreza rural. A manutenção e ampliação de políticas públicas voltadas ao apoio técnico e financeiro da agricultura familiar surgem, portanto, como medidas indispensáveis para a consolidação de um sistema agroalimentar sustentável e inclusivo.

Entre os principais resultados teóricos, a pesquisa apontou que a agricultura urbana deve ser compreendida como um fenômeno multidimensional, que transcende a mera produção de alimentos. Trata-se de uma prática que articula dimensões ecológicas, sociais e econômicas, oferecendo soluções integradas aos desafios urbanos contemporâneos. O estudo também evidenciou que a revalorização das práticas agrícolas nas cidades representa uma ruptura com o modelo tradicional de urbanização, aproximando arquitetura, paisagismo e sustentabilidade em um mesmo campo de ação.

Em termos sociais e ambientais, os resultados indicam que as iniciativas de agricultura urbana e familiar fortalecem os vínculos comunitários, promovem a inclusão de grupos vulneráveis e estimulam a economia solidária. Esses espaços produtivos, quando bem estruturados, contribuem para a soberania alimentar e para a formação de redes colaborativas que ampliam o acesso a alimentos saudáveis, além de reduzirem desigualdades e incentivarem a gestão participativa dos territórios.

De modo geral, o estudo confirma que a agricultura urbana e familiar são elementos essenciais para o desenvolvimento local sustentável. A articulação entre políticas públicas, planejamento urbano e inovação tecnológica mostra-se decisiva para o sucesso dessas práticas, que se configuram não apenas como alternativas produtivas, mas como componentes estruturantes de um novo modelo de cidade, mais inclusiva, resiliente e ambientalmente responsável. Assim, os resultados desta pesquisa reforçam a necessidade de ampliar o reconhecimento institucional da agricultura urbana e familiar, consolidando-as como estratégias permanentes de sustentabilidade e segurança alimentar nas cidades brasileiras.

5 CONCLUSÃO

A análise da agricultura familiar e urbana revela sua importância crucial na promoção da sustentabilidade e segurança alimentar em ambientes urbanos e rurais. A agricultura familiar, embora enfrentando desafios significativos, desempenha um papel vital no abastecimento do mercado interno brasileiro e na sustentação da economia local. Sua prática sustentável, que prioriza o uso responsável dos recursos naturais e a preservação do solo, destaca-se como um modelo de produção que equilibra as necessidades econômicas e ambientais.

Outrossim, a agricultura urbana emerge como uma solução inovadora para os desafios contemporâneos de segurança alimentar nas cidades. Ao integrar práticas agrícolas nos espaços urbanos, não apenas se otimiza o uso do espaço, mas também se fortalece a resiliência das comunidades locais. A agricultura urbana contribui para a redução da pegada de carbono, melhora a qualidade ambiental e promove a coesão social por meio da participação comunitária.

Ambas as formas de agricultura, familiar e urbana, são essenciais para o desenvolvimento sustentável das cidades e áreas rurais. No entanto, para maximizar seus benefícios, é necessário um suporte contínuo por parte do governo e políticas públicas que incentivem a divulgação, financiamento e infraestrutura adequados. Tais medidas não apenas podem fortalecer a economia interna, mas também podem promover uma maior inclusão social e reconhecimento do trabalho familiar.

Portanto, a integração de práticas agrícolas sustentáveis nas políticas de desenvolvimento urbano e rural é fundamental para enfrentar os desafios alimentares do futuro e construir um ambiente mais equilibrado e sustentável para as próximas gerações.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BAIROCH, Paul. **De Jéricho à Mexico: villes et économie dans l'histoire**. Paris: Gallimard, 1985.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 25 jul. 2006.

BRENNER, Neil; SCHMID, Christian. Planetary urbanization. In: BRENNER, N. (Ed.). **Implosions/explosions: towards a study of planetary urbanization**. Berlim: Jovis Verlag, 2014. p. 21-40.

BRITO, Francisco Saturnino Rodrigues de. **Obras Completas**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CAISAN). **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PLANSAN 2016-2019**. Brasília, DF: MDSA, CAISAN, 2017.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Tradução de Thereza Maria Machado Quintella et al. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CURTIS, William J. R. **Arquitetura moderna desde 1900**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

FAO. **How to feed the world in 2050**. Disponível em:

https://www.fao.org/fileadmin/templates/wsfs/docs/expert_paper/How_to_Feed_the_World_in_2050.pdf. Acesso em: fev. 2025.

FAO. **The state of food security in the world. Building climate resilience for food security and nutrition**. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2018. 202 p.

FAO. **Urban and periurban agriculture. The Special Programme for Food Security**. Handbook Series. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2001. v. 3, 84 p.

FENIMAN, Eduardo Henrique. **Hortas curitibanas: as representações simbólicas do cultivo de alimentos na cidade**. 2014. 143 f. Dissertação (Mestrado) – [Instituição não informada], Curitiba, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006: Agricultura Familiar – Primeiros Resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censoagropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos>. Acesso em: fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017: Resultados Definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: fev. 2025.

JANICK, Jules. Ancient egyptian agriculture and the origins of horticulture. **Acta Horticulturae**, v. 582, p. 23-39, 2010.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **A history of world agriculture: from the Neolithic Age to the current crisis**. Traduzido por James H. Membrez. Nova York: Monthly Review Press, 2006. Tradução de: Histoire des agricultures du monde: du néolithique à la crise contemporaine. Paris: Éditions du Seuil, 1997.

MOUGEOT, Luc J. A. Agricultura Urbana: conceito e definições. **Revista de Agricultura Urbana**, n. 1, jul. 2000.

MOUGEOT, Luc J. A. Urban agriculture: definition, presence, potentials and risks. In: BAKKER et al. **Growing Cities, Growing Food, Urban Agriculture on the Policy Agenda**. Ottawa: International Development Research Centre (IDRC), 2000. p. 1-42.

NAIR, P. K. R. An Evaluation of the Structure and Function of Tropical Homegardens. **Agricultural Systems**, v. 21, n. 4, p. 279-310, 1986.

NATIONAL RESEARCH COUNCIL (NRC). **Alternative Agriculture**. Washington, DC: The National Academies Press, 1989. p. 14-15.

SANTANDREU, Alain; LOVO, Ivana Cristina. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção**. Belo Horizonte, 2007.

SILVA, Luis Otávio. Os quintais e a morada brasileira. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 11, n. 12, p. 61-78, 2004.

TERRILE, R. Planificación urbana, ordenamiento territorial y AU. Texto temático do Curso-Taller: "Diseño e implementación multi-actoral de políticas y acciones estratégicas en Agricultura Urbana", IPES, RUAF, Lima, 2006.

TRAJANO FILHO, Francisco Sales. Um outro cassino: arquitetura, cidade e historiografia à margem. **Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)**, São Carlos, Brasil, v. 22, n. 1, p. e-224036, 2024. DOI: 10.11606/1984-4506.risco.2024.224036. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/224036>. Acesso em: fev. 2025.

WARWICK, Hugh. **Cuba's Organic Revolution**, 1998. Disponível em: [URL não informada]. Acesso em: fev. 2025.

DECLARAÇÕES

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

Ao descrever a participação de cada autor no manuscrito, utilize os seguintes critérios:

- **Concepção e Design do Estudo:** Samara Flores Amaral.
- **Curadoria de Dados:** Scarlet Camargo da Costa
- **Análise Formal:** Felipe Buller Bertuzzi.
- **Aquisição de Financiamento:** Não se aplica.
- **Investigação:** Luiza Orrigo Silva.
- **Metodologia:** Felipe Buller Bertuzzi.
- **Redação - Rascunho Inicial:** Samara Flores Amaral
- **Redação - Revisão Crítica:** Luiza Orrigo Silva.
- **Revisão e Edição Final:** Scarlet Camargo da Costa
- **Supervisão:** Felipe Buller Bertuzzi.

DECLARAÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE

Eu/Nós, SAMARA FLORES AMARAL, SCARLET CAMARGO DA COSTA, LUIZA ORRIGO SILVA, E FELIPE BULLER BERTUZZI, declaro(amos) que o manuscrito intitulado "Agricultura urbana: solução sustentável para a segurança alimentar nas cidades":

1. **Vínculos Financeiros:** Não possui/possui vínculos financeiros que possam influenciar os resultados ou interpretação do trabalho.
 2. **Relações Profissionais:** Não possui/possui relações profissionais que possam impactar na análise, interpretação ou apresentação dos resultados.
 3. **Conflitos Pessoais:** Não possui/possui conflitos de interesse pessoais relacionados ao conteúdo do manuscrito.
-